

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

POLÍTICAS PÚBLICAS, JOVENS DO CAMPO E TRAJETÓRIA ACADÊMICA: UM OLHAR SOBRE A LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, Bruna dos Santos Euzebio, Luciane Ferreira de Abreu

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13686>

Submetido em: 2025-10-08

Postado em: 2025-12-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

POLÍTICAS PÚBLICAS, JOVENS DO CAMPO E TRAJETÓRIA ACADÊMICA: UM OLHAR SOBRE A LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**LUDMILA OLIVEIRA HOLANDA CAVALCANTE¹**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0802-9188>lud.cavalcante@uefs.br**BRUNA DOS SANTOS EUZEBIO²**ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9469-6768>bruna.d.s.euzebio@gmail.com**LUCIANE FERREIRA DE ABREU³**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9567-6307>luciane.abreu@hotmail.com

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, Bahia (BA), Brasil.

² Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, Bahia (BA), Brasil.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Alagoinhas (BA), Brasil.

RESUMO: Este estudo investiga como estudantes do campo no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) vivenciam as políticas educacionais da Educação Básica ao Ensino Superior. De abordagem quali-quantitativa, bibliográfica e exploratória, a pesquisa aplicou questionários aos discentes de cursos de Licenciatura em Pedagogia, como parte de um projeto de pesquisa institucional, financiado pelo CNPQ que tem como proposta analisar a relação das políticas públicas e institucionais com o percurso dos jovens do campo na universidade. Esta etapa do estudo evidencia que, apesar das políticas de cotas, a permanência dos estudantes oriundos do campo é atravessada por desafios estruturais, pedagógicos e financeiros. Ademais, a sobrecarga acadêmica se entrelaça às expectativas familiares e condições de vida, intensificando pressões socioemocionais que afetam a experiência acadêmica de forma consistente e ao mesmo tempo solitária. Como resultados, identificou-se um perfil de jovens estudantes da classe trabalhadora oriundos de famílias que acessam políticas sociais, que trilharam um processo de escolarização precarizado, sendo muitas vezes os primeiros da família a acessarem o ensino superior. Conclui-se que esses jovens percebem a formação acadêmica como um vetor de ascensão profissional, mas enfrentam a complexa conciliação entre vulnerabilidades financeiras e demandas institucionais, sinalizando contradições intrínsecas às políticas de assistência estudantil e desafios sócio educacionais desde o início dos seus processos de escolarização. Ademais chama-se atenção para ações no âmbito das universidades, do Estado e da sociedade para pensar estas contradições e possíveis superações dos problemas juvenis.

Palavras-chave: políticas educacionais, juventude do campo, educação do campo, educação superior.

PUBLIC POLICIES, RURAL YOUTH AND ACADEMIC CAREER

ABSTRACT: This study investigates how rural students in the Pedagogy course at the State University of Feira de Santana (UEFS) experience educational policies from Basic Education to Higher Education. Using a qualitative and quantitative, bibliographical and exploratory approach, it applies questionnaires to students. Part of the project “[eliminated for peer review purposes]” shows that, despite quota policies, the permanence of these students is crossed by structural, pedagogical and financial challenges. Furthermore, academic overload is intertwined with family expectations, intensifying socio-emotional pressures. As a result, a profile of young working-class students from families with access to social policies was identified, who followed a precarious schooling process, often being the first in the family to access higher education. It is concluded that these young people see Higher Education as a vector for professional advancement, but face the complex conciliation between financial vulnerabilities and institutional demands, signaling contradictions intrinsic to student assistance policies. Furthermore, attention is drawn to actions within universities, the State and society to consider these contradictions and possible ways to overcome youth problems.

Keywords: educational offer, rural education, school trajectory, access to higher education.

POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUD RURAL Y CARRERA ACADÉMICA

RESUMEN: Este estudio investiga cómo estudiantes rurales del curso de Pedagogía Universidad Estatal de Feira de Santana (UEFS) vivencian las políticas educativas desde la Educación Básica hasta la Educación Superior. Utilizando un enfoque cualitativo-cuantitativo, bibliográfico y exploratorio, se aplican cuestionarios a los estudiantes. Integrante del proyecto “[eliminado para fines de revisión por pares]” destaca que, a pesar de las políticas de cupos, la permanencia de estos estudiantes está atravesada por desafíos estructurales, pedagógicos y financieros. Además, la sobrecarga académica está entrelazada con las expectativas familiares, intensificando las presiones socioemocionales. Como resultado, se identificó un perfil de jóvenes estudiantes de clases populares, provenientes de familias con acceso a políticas sociales, que siguieron un proceso de escolarización precario, siendo muchas veces los primeros de la familia en acceder a la educación superior. Se concluye que estos jóvenes perciben la Educación Superior como un vector de avance profesional, pero enfrentan la compleja conciliación entre vulnerabilidades financieras y demandas institucionales, señalando contradicciones intrínsecas en las políticas de asistencia a los estudiantes. Además, se llama la atención sobre las acciones dentro de las universidades, el Estado y la sociedad para considerar estas contradicciones y las posibles vías para superar los problemas de la juventud.

Palabras clave: oferta educativa, educación rural, trayectoria escolar, acceso a la educación superior.

INTRODUÇÃO

Superando as últimas décadas de descasos das políticas educacionais no que concerne à Educação do Campo, estudos como de Brocco e Zago (2014) salientam que no ensino superior são crescentes as demandas e iniciativas de democratização de acesso mediante a instituição das políticas educacionais para garantir a escolarização de uma parcela da população marginalizada social e historicamente, como no caso de habitantes do campo que ainda enfrentam desafios para o acesso e formação neste nível de ensino. Vasconcelos (2016) e Corbucci (2016) constataam que as dificuldades no acesso e permanência na educação superior atingem segmentos específicos e são evidenciadas e mais acentuadas nas regiões Norte e Nordeste, em municípios do interior, na população com faixa de renda mais baixa, entre as pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, entre a população na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluiu o ensino médio e entre os jovens rurais.

A população do campo, a partir do Movimento por uma Educação do Campo (Munarim, 2016; Caldart, 2008, Souza, 2012) no final do século XX, presenciou um processo de mudanças na perspectiva de direitos sociais que pudessem alcançá-la. Produtos e processos como Diretrizes Operacionais (2001, 2008), Encontros Nacionais (1997), Conferências Nacionais (2004), organizações como o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), entre outros marcos mais recentes como o atual PRONACAMPO – Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (2025) são exemplos emblemáticos nesta estrada de luta por condições dignas de educação, no campo brasileiro entre os séculos XX e XXI.

Em 2010, o Decreto n.º 7.352 estabeleceu diretrizes para a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), reafirmando o direito ao acesso ao ensino superior para os estudantes do campo. Posteriormente, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) incluiu metas e estratégias específicas voltadas para garantir a continuidade da escolarização e ampliar o acesso desses estudantes ao ensino superior (Brasil, 2014), recentemente no terceiro governo do Luís Inácio Lula da Silva foi sancionada a Portaria Mec de número 538, de 24 de julho de 2025, que institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas e o Novo Pronacampo, ampliando e reconhecendo a vastidão deste debate para o território nacional e suas diversidades. Como este último é uma ação ainda muito recente não há condições ainda de avaliar o seu alcance e possibilidades de concretização.

Levando em conta os avanços na legislação e documentos oficiais nas últimas décadas, a concretização dessas políticas enfrenta desafios significativos quando confrontadas com as realidades dos pequenos municípios e suas populações no campo, tendo em vista os contínuos processos de exclusão, desigualdades sociais e educacionais, bem como as dificuldades de aproximação do debate sobre o campo na elaboração das políticas públicas municipais (AUTORES, 2025).

O quadro das dificuldades no acesso e permanência na educação superior agrava-se ao analisarmos as taxas de analfabetismo, que incidem em patamar de desequilíbrio no que concerne à distribuição regional no país. Segundo o IBGE de 2022,

a taxa de analfabetismo foi menor do que a média nacional somente nas duas classes de tamanho de municípios com maior população, isto é, aquelas acima de 100 000 habitantes, e foi maior do que a média nacional nas demais classes de tamanho dos municípios com até 100 000 habitantes. Os 1.366 municípios com população entre 10.001 e 20.000 habitantes apresentou a maior taxa média de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (13,6%). Essa taxa é mais de quatro vezes aquela calculada para os 41 municípios cuja população era acima de 500 000 habitantes (3,2%).

Ainda segundo o IBGE de 2022 “a taxa de analfabetismo na Região Nordeste (14,2%) continuou sendo o dobro da média nacional (7,0%), e as diferenças regionais na alfabetização são maiores quanto mais envelhecido é o grupo populacional” (IBGE, 2022, p. 38). Isto significa que há um contingente significativo de jovens da classe popular especialmente do Nordeste que, nos pequenos municípios, está muito aquém da possibilidade de alcançar o ensino superior.

De acordo com os dados do IBGE em julho de 2024, o Brasil tinha uma população estimada em 212,6 milhões de habitantes (IBGE, 2024). Os municípios menos populosos, com até 5 mil habitantes, são 23,1% do total de municípios (1.288) e somam apenas 2,0% da população (4,3 milhões). Mais de 87% vivem em cidades e a Bahia é o estado com a maior presença de pessoas no campo, em números absolutos. Com a maior soma de população rural, são 3,3 milhões de pessoas na Bahia, ou 12,9% da população rural brasileira (Nexo Jornal, 2024).

O IBGE em 2022, já apresentou uma codificação própria para as áreas rurais: Área rural (Áreas rurais com população dispersa); Núcleo rural (Área empresarial ou industrial, com um único proprietário) – Lugarejo (Aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou industrial); Povoado (mais estrutura que lugarejos, com comércios e serviços). Esta relação entre rural e urbano transcende uma classificação técnica e chega a debates que podem ser ancorados nas dimensões da cultura e das relações que se estabelecem nos espaços entre o campo e a cidade, entre o trabalho e as condições de vida e serviços de atendimento na vida em sociedade. Quanto mais distantes dos centros urbanos, menos contemplados com possibilidades de avanços na escolarização e serviços a ela atrelados (como por exemplo as condições de acesso ao ensino superior).

Os dados do Censo Superior 2023, divulgados pelo Inep e MEC, revelam que enquanto 27% dos jovens urbanos ingressam imediatamente após a conclusão da educação básica, esse percentual cai para 16% entre os estudantes do campo. De tal forma, é inequívoco afirmar que para a classe trabalhadora do campo, o acesso ao Ensino Superior mesmo após décadas de iniciativas educacionais, torna-se um desafio desde a Educação Básica, tendo em vista as precárias condições de estudo desta população e as dificuldades que enfrentam na dinâmica da vida acadêmica desde o ingresso. Para dar conta deste tema e qualificar a análise deste fenômeno da presença dos jovens do campo na universidade, o objetivo deste estudo foi investigar de que forma os estudantes do campo no curso de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição pública do interior da Bahia vivenciaram e vivenciam as políticas educacionais ao longo da sua trajetória entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

O texto, organizado em tópicos, foi estruturado da seguinte forma: Metodologia; Políticas educacionais no cenário dos jovens do campo que acessam o campus: a questão da escolarização; Juventude do campo e Ensino Superior: dados da pesquisa empírica e Considerações Finais.

METODOLOGIA

Este artigo é fruto de uma pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa, mas com combinação de métodos qualitativos e quantitativos, para apreensão da realidade estudada. O estudo está vinculado ao projeto de pesquisa institucional com financiamento do CNPq¹, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O projeto tem como objetivo central “analisar os impactos das políticas educacionais na trajetória de escolarização e formação de estudantes oriundos do campo que ingressam nos cursos de graduação da UEFS”. Essa vinculação institucional confere à pesquisa uma legitimidade acadêmica e científica, além de possibilitar a inserção em um contexto mais amplo de debate sobre as políticas públicas educacionais.

A pesquisa ancora-se nas teorias críticas do campo educacional, dialogando com autores do campo de estudo da Educação do Campo, da Sociologia da Educação e da Sociologia Rural como por exemplo Arroyo (2017); Caldart (2009); Munarim (2016); Souza (2012), Vendramini (2015) Marin (2020); Redin (2017), Martins (2001), Bourdieu (2023), entre outros.

Como pano de fundo da análise teórica das políticas públicas, resistências e relação sociedade e sociedade, a Educação do Campo apoia-se na lente gramsciana do estado integral, que ajuda a compreender a realidade da educação sob a perspectiva das tensões da sociedade capitalista no estado moderno, quando a perspectiva hegemônica de educação pode ser enfrentada sob a ótica da contra hegemonia trazendo possibilidades de educar para um outro projeto de sociedade. Levando em conta a perspectiva do estado integral em Gramsci, a análise das políticas públicas avança ao ser percebida como território de disputa em constante tensão, segundo Jacomini (2020),

No que se refere à utilidade do conceito de Estado Integral para analisar políticas públicas para educação, consideramos que ele permite melhor compreensão dos processos que envolvem agenda, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, à medida que participam ou podem participar deles tanto as organizações e instituições da sociedade política quanto as da sociedade civil. O conceito de Estado Integral permite captar a complexidade que envolve as políticas públicas e favorece análises que considerem os diversos sujeitos sociais que participam do processo. (Jacomini, 2020, p.09)

Sob a ótica do estado integral é possível identificar as políticas públicas como consequência dos tensionamentos na sociedade capitalista e portanto um processo ininterrupto entre demandas, conquistas e monitoramento dos direitos adquiridos, tendo em vista as forças antagônicas que engendram a organização da sociedade e muitas vezes dificultam a execução das políticas como inicialmente pensadas pela classe trabalhadora e movimentos sociais.

Por sua vez, o campo de estudo da sociologia é mobilizado como referencial importante ao reconhecer no rural “um mundo de criatividade, inovação e luta contra as aberrações econômicas, políticas e mesmo acadêmicas que vitimam suas populações” (Martins, 2001, p. 32), ampliando a compreensão acerca das dinâmicas territoriais, culturais e sociais que caracterizam a juventude oriunda do campo e os dilemas enfrentados por seus sujeitos de desejos. Tudo isto resulta em cenários sociopolíticos e educacionais que acolhem mas também desestabilizam os jovens em seus desafios

¹ Projeto intitulado Políticas educacionais e campo: desafios no processo de escolarização e formação de jovens da zona rural nos cursos de graduação da UEFS, financiado pelo Edital Universal do CNPQ (2023).

coletivos e pessoais, como já analisado no texto de Pierre Bourdieu “Os excluídos do interior” (2023). O autor, ao analisar o percurso de jovens das classes populares e imigrantes ao adentrar nas instituições educacionais, provoca as seguintes reflexões:

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se a lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares, e em particular aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social. (p.223)

Esta suposta “conciliação dos contrários” como afirma o autor, expõe a fragilidade dos processos de inclusão permeado por “contradições da instituição escolar e da violência de uma espécie absolutamente nova que a escola pratica sobre aqueles que não são feitos para ela” (Bourdieu, 2023, p. 224). Analisar estes fenômenos para compreender a situação dos jovens do campo na universidade pública traz similaridades com o percurso dos imigrantes franceses no século XX, descritos no texto do Bourdieu. Enquanto os estudos da Educação do campo tendem a compreender a realidade dos sujeitos e suas conquistas à luz das lutas sociais coletivas, seus movimentos sociais e os desafios da questão agrária com o capitalismo no campo ao longo de um percurso histórico de desigualdade social, a métrica neoliberal aponta para uma perspectiva cada vez mais individualizada na dinâmica da relação educação e sociedade. Isto se configura como um entrave aos processos de organização social coletiva e um impulsionamento de perspectivas competitivas e individualistas na trajetória dos jovens, que ficam na contramão dos debates da Educação do Campo. Jovens que ingressam no ensino superior deslocados dos seus coletivos de lutas sociais se misturam na dinâmica da hegemonia institucional e a um padrão “universal” de categoria ampliada: estudantes.

Assim, se faz necessário que estudos compreendam as realidades em confronto com as perspectivas de vida dos jovens ao longo das últimas décadas. Entre lutas sociais e direitos adquiridos esta incessante busca por oportunidades para a juventude do campo da classe popular, coloca seus jovens de forma solitária em territórios de hegemonia tal como “os excluídos do interior”. É fundamental que na perspectiva da análise teórica, se depreenda os sinais presentes nos dados empíricos sob a lente dos estudos da Educação do Campo, da Sociologia Rural e da Sociologia da Educação, buscando compreender estes sujeitos nas suas idiossincrasias sócio educacionais, culturais, territoriais e políticas.

Ainda no que concerne os aspectos teórico metodológicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e exploratória. O caráter bibliográfico se dá pela análise de literatura especializada sobre políticas educacionais e seus impactos na escolarização dos sujeitos do campo. Enquanto o aspecto exploratório refere-se à busca por novas interpretações e compreensões sobre o impacto dessas políticas na trajetória de formação educacional dos sujeitos investigados.

Quanto ao trabalho empírico, a pesquisa se debruçou sobre dados de jovens estudantes da UEFS, no interior da Bahia. Foi realizada a aplicação de questionários sócio educacional com estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia. O questionário é constituído por 27 perguntas de caráter misto, distribuídas em quatro categorias temáticas: identificação pessoal, sobre a família, trajetória escolar e experiência acadêmica. Todas as pessoas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estando cientes do objetivo e concordando em participar da pesquisa como de

acordo com o Comitê de Ética de Pesquisa pelo qual foi aprovado o projeto guarda-chuva institucional com financiamento externo e interno².

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CENÁRIO DOS JOVENS DO CAMPO QUE ACESSAM O CAMPUS: A QUESTÃO DA ESCOLARIZAÇÃO

O conceito de “campo” é adotado, nesta pesquisa, a partir da perspectiva das investigações educacionais sobre a Educação do Campo, um território caracterizado não apenas por sua localização geográfica, mas também por sua construção histórica e política, permeada por conquistas sociais oriundas de lutas coletivas. Desde o século XX, essas lutas culminaram em importantes direitos sociais para sua população, o que denota o papel do campo como espaço de resistência e produção de saberes próprios (Souza, 2012; Jesus e Bezerra, 2013), dentro de um território em disputa pautado na visão do rural como mero espaço produtivo advindo do paradigma do capitalismo agrário (Fernandes, 2005) na perspectiva do camponês como um “trabalhador para o capital” ainda que de forma distinta do proletariado assalariado, mas que tem sua força de trabalho explorada e apropriada pelo processo de acumulação do modo de produção que rege a sociedade burguesa (Wanderley, 2009).

Os avanços obtidos pelas lutas dos movimentos sociais foram significativos, especialmente no que tange à efetivação do direito à educação como um direito público subjetivo para os jovens do campo, das águas e das florestas (Caldart, 2008; Munarim, 2016; FONEC, 2018). Entre os marcos legais que consolidam esse direito, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) e o Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010³. Este último institui a Política de Educação do Campo, a qual tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo, conforme disposto no Art. 1.º:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto” (Brasil, 2010).

Essa prerrogativa representa um “novo olhar” sobre o campo, ampliando as possibilidades de acesso à educação superior como um direito público que deve ser garantido pelos Estados e entes municipais, com a inclusão de mecanismos que assegurem, a inserção nos processos de escolarização desde a tenra idade, assim como, as condições de permanência desses estudantes no ambiente acadêmico.

No que concerne às condições de escolarização na zona rural, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP (2025), em 2024, o Brasil possuiu 179.286 escolas, das quais 136.844 são públicas e 42.442 privadas. Entre as públicas, 708 são federais, 29.277 estaduais e 106.859 municipais. Na área urbana, há 128.018 escolas, sendo 86.271 públicas (614 federais, 24.068 estaduais e 61.589 municipais) e 41.747 privadas. Na área rural, há 51.268 escolas, sendo 50.573 públicas (94 federais, 5.209 estaduais e 45.270 municipais) e 695 privadas.

² Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE: 74708923.8.0000.0053

³ Mais recentemente foi promulgada a Portaria N° 538/2025 que institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – Novo Pronacampo.

Observa-se que a quantidade total de escolas na área urbana (128.018) é mais que o dobro do registrado na área rural (51.268). A rede pública concentra a maior parte das escolas em ambas as localizações, mas essa predominância é ainda mais acentuada no meio rural, onde 98,6% dos estabelecimentos pertencem ao setor público, contra 67,3% no urbano. A rede municipal é a principal responsável pela oferta educacional nas duas localizações, representando 57,7% das escolas urbanas e 88,3% das rurais. Já as redes federal e estadual têm participação proporcionalmente pequena em ambas as áreas, com presença ainda mais reduzida no campo, por exemplo, apenas 94 escolas federais na zona rural contra 614 nas cidades. A rede privada está concentrada na área urbana, com 41.747 escolas (quase todo o segmento), enquanto no campo existem apenas 695 unidades privadas. Esses dados evidenciam diferenças expressivas na distribuição das escolas segundo localização e dependência administrativa.

No que se refere ao porte, 18,7% das escolas brasileiras tinham até 50 matrículas (escolas consideradas de “pequeno porte”), sendo essa proporção muito mais elevada na zona rural (45,5%) em comparação à urbana (8,0%). A maior concentração dessas escolas rurais de pequeno porte foi observada na Região Norte (55,1%), seguida do Sudeste (45,9%), Nordeste (42,5%), Sul (39,9%) e Centro-Oeste (26,4%). Esses dados apontam que a educação na zona rural se caracteriza não apenas pela predominância da rede pública municipal, mas também por uma estrutura escolar formada majoritariamente por unidades de menor porte, cuja distribuição varia regionalmente (INEP, 2024).

Considerando a expressiva população rural do Brasil, correspondente a 25,5 milhões, um total de 14,3% da população (IBGE, 2022), a despeito dos avanços normativos e da crescente inclusão do campo nas agendas políticas, persistem, no contexto contemporâneo, processos de marginalização e exclusão que relegam as populações camponesas a uma condição de invisibilidade social, econômica e educacional (Caldart, Arroyo e Molina, 2008; Hoeller, Fagundes e Farias, 2019). Processos estes, em parte resultantes da falaciosa suposição sociológica que compreendia as populações rurais como “ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade” (Martins, 2001, p. 31). Tais dinâmicas incidem em desafios históricos e estruturais enfrentados pela juventude do campo, incluindo, a precariedade das condições educacionais, a escassez de formação docente adequada e a elaboração de currículos frequentemente descontextualizados das realidades comunitárias.

Além disso, a restrição de investimentos financeiros em políticas educacionais têm agravado o fechamento de escolas do campo, fragilizando ainda mais as possibilidades de acesso e permanência educacional (Vendramini, 2015; Silva e Santos, 2023). O fechamento das escolas é um indicador de extrema relevância, muitas vezes apontando contradições, como metas nos planos municipais de ampliação da educação do campo (e contraditórios dados de diagnóstico apontando as escolas locais fechadas (Silva, Cavalcante e Abreu, 2025). De acordo com os autores, um campo sem escolas transforma-se em um espaço inviável para as famílias, que migram em busca dos direitos à educação dos seus filhos. Um campo sem gente, vai na contramão dos preceitos da política da Educação do Campo, das Águas e das Florestas (BRASIL, 2025) e ao encontro do projeto capitalista agrário exportador.

Segundo Pellanda (2022), o fechamento das escolas no campo pode parecer uma medida municipal acertada em curto prazo para resolver o suposto problema das condições financeiras frente à garantia da escolarização das crianças, no entanto pode significar um problema de desenvolvimento territorial regional, a médio e longo prazo, pois pode deflagrar no esvaziamento das comunidades e no

êxodo rural. Ainda segundo a pesquisadora, para um desenvolvimento territorial satisfatório no interior deste país (amplo e diverso), é necessário fomentar as perspectivas de qualidade de vida no campo, sendo a escolarização um forte indicador de desenvolvimento territorial e de fortalecimento da população do campo que inclusive impactaria de forma positiva na relação campo cidade. O fechamento das escolas do campo apresenta-se também como uma contradição para o projeto de desenvolvimento da agricultura familiar e de possibilidades de potencialização da juventude camponesa, tal fenômeno também incide sobre a continuidade dos estudos para as crianças e jovens, o que dificulta sobremaneira que alcancem os demais níveis de escolarização.

Dada toda esta configuração de dificuldades para o desenvolvimento de condições de estudo na vida escolar da população do campo, faz-se premente investigar a situação da juventude que ingressa nas universidades, ao analisar as políticas de acolhimento e incentivo à escolarização e formação profissional e compreender quão próximo de uma inclusão exitosa estamos na universidade pública do século XXI. Essa juventude, cuja presença no cenário acadêmico vem ganhando visibilidade, representa um segmento historicamente vulnerabilizado e que demanda ações concretas para superar as disparidades de acesso e permanência na universidade. A juventude rural é categoria social constituinte da Educação do Campo, buscando seu reconhecimento como ator político (Castro, 2009) participante na construção de políticas públicas para o campo. Nesse sentido, compreender o alcance das políticas educacionais vigentes e propor novas diretrizes que aprimorem a experiência acadêmica desses sujeitos em diálogo com as condições de vida e os seus desejos de futuro, é essencial (Abreu, Cavalcante e Silva, 2020).

JUVENTUDE DO CAMPO E ENSINO SUPERIOR: DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

O ensino superior, etapa determinante na formação da juventude trabalhadora, tem sua ampliação historicamente atrelada às políticas afirmativas, como o sistema de cotas e a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Apesar da expansão da universidade pública entre 1930 e 1970, o cenário contemporâneo é marcado pelo fortalecimento do setor privado, que atualmente concentra cerca de 70% das matrículas, distribuídas em aproximadamente 2 mil Instituições de Ensino Superior (IES) no país (Barreto, 2021; Barboza, 2023). Esse processo também revela uma contradição, pois ao mesmo tempo em que se ampliam mecanismos de acesso para grupos historicamente excluídos, como a juventude do campo, observa-se um enfraquecimento das políticas que garantiriam sua efetiva permanência.

Entretanto, a retração das políticas públicas voltadas para a educação do campo, especialmente após o golpe político que destituiu a então presidente Dilma Rousseff (2014 -2016) e deu início ao governo de Michel Temer (2016-2019), e que resultou em uma drástica redução dos investimentos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse desmonte comprometeu os eixos centrais da política educacional para o campo: o Estado, as universidades e os movimentos sociais, desestruturando ações essenciais para a democratização do ensino superior. Conforme apontado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2017), os cortes orçamentários não apenas fragilizaram a sustentabilidade das conquistas históricas da classe

trabalhadora, mas também perpetuaram desigualdades estruturais, tornando ainda mais desafiador o acesso e a permanência dos estudantes oriundos do campo nas universidades.

Ocorre que, o acesso ao ensino superior indica muitos desafios para estes jovens, desde as questões de cunho pedagógico, às questões estruturantes (como por exemplo, as condições de permanência assim como, os afastamentos das suas realidades familiares e comunitárias). De tal forma, trabalhar com os dados destes estudantes oriundos do campo no ensino superior na segunda década do século XXI nos traz as possibilidades de melhorar a compreensão dessa realidade e até proporcionar condições de análise para contribuir com a efetivação de ações no campo das políticas públicas e políticas institucionais capazes de concretizar experiências mais inclusivas e consistentes para estes/as jovens estudantes.

Como dito anteriormente, a presente pesquisa realizou a coleta de dados com a participação de estudantes oriundos do campo, vinculados nas turmas ingressantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEFS, entre os anos de 2020 e 2022 (período marcado pela pandemia do coronavírus e enfrentamentos dela advindos⁴). Os questionários foram aplicados no ano de 2024 e os resultados provenientes dessa etapa empírica foram sistematicamente organizados e classificados de forma a traçar um perfil dos participantes a partir de aspectos do contexto familiar, trajetória escolar e vivências acadêmicas desses sujeitos⁵. Tais dados foram importantes para subsidiar a discussão sobre os aspectos de educação e trabalho que integram a categoria juventude rural.

Sobre o perfil e as condições de estudo dos sujeitos de pesquisa oriundos do campo

A turma pesquisada, composta por 24 estudantes do quinto semestre, teve identificados 12 como “oriundos do campo” na faixa etária variada entre 22 e 44 anos. Desse grupo, 09 deles têm idades até 29 anos, considerados jovens de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Essa diversidade etária sublinha a heterogeneidade do grupo, refletindo distintas trajetórias de vida e vivências acadêmicas. A amplitude da faixa etária evidencia os impactos das políticas educacionais que possibilitaram o acesso ao ensino superior a sujeitos que, em contextos anteriores, estariam marginalizados dessa oportunidade.

Ainda no que concerne ao recorte etário correspondente à juventude, Brocco e Zago (2014) argumentam que a expansão do acesso ao ensino superior decorre das demandas e mobilizações por democratização, impulsionadas por movimentos sociais e sindicatos que pressionaram pela formulação de políticas públicas voltadas à escolarização de grupos historicamente marginalizados. A distribuição etária observada entre os participantes reforça a relevância dessas ações, evidenciando a inserção de jovens e adultos provenientes do campo no ensino superior, refletindo a superação de obstáculos que, por longo tempo, restringiram a visibilidade e as oportunidades educacionais dessa população.

⁴ A pandemia do Coronavírus foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, com períodos de isolamento social no Brasil de 2020 a 2021, sob fortes tensionamentos nas diferentes instâncias governamentais do país (Martins e Guimarães, 2022). Segundo os dados do Ministério da Saúde, até o dia 1 de novembro de 2021, foram registradas 607.922 mortes pela Covid 19. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

⁵ Parte destes resultados compuseram um estudo monográfico sobre o tema e atualmente compõe além das etapas do projeto de pesquisa institucional amplo, a inserção de um outro projeto de pesquisa de pós graduação em continuidade e diálogo com os estudos iniciados.

Quanto ao gênero dos participantes da pesquisa, observa-se uma predominância feminina, um fenômeno recorrente no curso de Licenciatura em Pedagogia, tradicionalmente frequentado por mulheres. Esse quadro reflete de um lado, as relações de gênero históricas no campo, que continuam a influenciar as escolhas educacionais e, de outro, as estruturas patriarcais e neoliberais que atribuíram aos homens o trabalho braçal e a responsabilidade pelo sustento familiar, frequentemente impulsionando sua migração em busca de melhores oportunidades de emprego (Faleiro e Farias, 2017).

Além disso, o contexto neoliberal submete os trabalhadores rurais à lógica do capital, restringindo seu acesso a uma educação de qualidade e perpetuando sua inserção em atividades de subsistência (Vendramini, 2015; Jesus e Bezerra, 2013). Nesse cenário, o ensino superior surge, especialmente para as mulheres, como uma via de emancipação, desafiando um sistema historicamente excludente. A predominância feminina no curso de Pedagogia também reflete a associação histórica do cuidado infantil ao feminino, reforçando a ideia de que o espaço de cuidar e educar permanece socialmente destinado às mulheres, influenciando de maneira determinante as escolhas e as oportunidades educacionais e profissionais.

Os dados indicam que a maioria dos/das estudantes provém do Território de Identidade Portal do Sertão, com representação também do Portal do Sisal e do Recôncavo. Os territórios de Identidade, fazem parte de uma política do estado da Bahia (BAHIA, 2010), que agrega um conjunto de municípios a partir de conexões ambientais, setoriais, produtivas e culturais de diferentes regiões do estado. Essa diversidade territorial sublinha a necessidade de práticas pedagógicas que atendam às especificidades desses sujeitos, especialmente com a expansão do acesso ao ensino superior. Entretanto, a presença de estudantes oriundos de territórios tradicionais impõe desafios às universidades, exigindo a revisão de suas práticas para garantir a inclusão plena. Nesse sentido, Arroyo (2012) enfatiza a urgência do reconhecimento de “outros sujeitos” no ambiente acadêmico, defendendo a adoção de pedagogias inclusivas e de caráter contra hegemônico. A abordagem da cultura compreendida como os diversos modos de existência, pensamentos e expressões humanas, seus conhecimentos, práticas e costumes torna-se essencial para o contexto da formação de jovens do campo, pois favorece o entendimento da cultura camponesa para além do aspecto da produção agrícola como afirmação da existência dos povos do campo e resistência à subordinação.

Na concepção de Damatta, a cultura “permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos” (1981, p. 4). Isto posto, percebe-se que, quando dissociado de organizações coletivas externas à academia (como movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações sociais comunitárias), estes estudantes não se veem como identidade coletiva, mas apenas assimilam a cultura acadêmica como um desafio solitário de base meritocrática. Resta o exercício individual de se distinguir do outro sem que haja uma negação da sua história e tradições. É possível afirmar que os resultados da pesquisa apontam para uma desconexão do sujeitos com a realidade vivenciada, e uma percepção de que o ensino superior representa uma nova etapa na vida e por consequência a ampliação das oportunidades de trabalho na sociedade, desvinculados da sua história de vida.

Quanto ao autorreconhecimento étnico-racial, os dados obtidos da aplicação do questionário indicam que 50% dos participantes se identificam como pretos e 50% como pardos. Um marco nesse processo foi a Lei n.º 12.711/2012, que instituiu a política de cotas, ampliando o acesso de

pretos, indígenas, quilombolas e pardos às universidades, antes majoritariamente frequentadas por brancos. Adiciona-se a isto, o fato de que junto com a legislação vem um processo dialético de compreensão da sua identidade, advinda do letramento racial entre as políticas afirmativas e valorização da raça como elemento demarcador de agrupamentos e lutas coletivas importantes na disputa pelos direitos sociais.

Apesar de metade dos sujeitos pesquisados residir na zona urbana, a maioria afirma retornar regularmente ao campo para visitar suas famílias em feriados e fins de semana. Três participantes afirmam morar com suas famílias ou próximos a elas, enquanto os demais confirmam visitas frequentes, como por exemplo “todos os fins de semana”, ou ocasiões específicas como “Dia dos Pais”, ou o “feriado da Padroeira” (questionário, 2024). Destaca-se ainda que a proximidade contínua com a família é motivada em parte pelo percurso pendular que é caracterizado pelo ir e vir da juventude na relação campo cidade, sendo o campo a referência do lugar do acolhimento familiar e comunitário e a cidade, o local do desenvolvimento pessoal, social e do projeto de vida profissional.

Sendo as universidades localizadas majoritariamente em áreas urbanas e as condições econômicas de vida desafiadoras, impõe-se para boa parte dos jovens o percurso pendular diário, que nesta pesquisa especificamente traduziu-se em um dos agravantes para a convivência plena no campus universitário. Segundo Vendramini (2015) essa mobilidade (presente desde a educação básica), afeta relações sociais e educacionais, exigindo políticas inclusivas para mitigar barreiras pedagógicas, logísticas, econômicas e sociais. Para estudantes de Licenciatura em Pedagogia em período integral, a situação se agrava. Sem possibilidade de emprego fixo, os/as estudantes dependem de estágios e bolsas que são de números limitados⁶. Um dos itens mais sinalizados neste quesito é o transporte proveniente de programas municipais para o deslocamento dos jovens da sede do município de origem para a universidade em um outro município. Tais políticas de transporte via auxílio das prefeituras locais tornam-se essenciais para a permanência dos jovens, e demandam negociações frequentes, apoio financeiro e assistência municipal, nem sempre previsto e disponibilizado pelas políticas dos municípios. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas educacionais inclusivas e a urgência de abordar os desafios logísticos, econômicos e sociais que limitam a inserção dos estudantes do campo no ensino superior, exigindo uma abordagem integral para superá-los. Tal cenário também demanda uma maior articulação no sistema educacional, tendo em vista que o ensino superior muitas vezes não é percebido como um fator de responsabilidade pelos municípios, mesmo quando anunciado nos Planos Municipais de Educação, em suas metas e estratégias o apoio à juventude para acesso às universidades (autor – no prelo)⁷

Sobre o perfil das famílias dos sujeitos da pesquisa

No que tange aos dados relativos à família dos sujeitos pesquisados, fica evidenciada a diversidade de ocupações profissionais dos pais, que vai desde “lavradores” até “autônomos” e “técnicos”, refletindo trajetórias sociais e econômicas distintas. Esse cenário destaca a heterogeneidade das condições socioeconômicas, que influencia diretamente nas condições de acesso e permanência dos

⁶ A universidade dispõe de bolsas como monitoria, IC, extensão, PIBID, Pet Saúde, Residência Universitária e auxílio residente.

⁷ Inserir dados de publicação após aprovação do texto para respeitar as normas de anonimato.

jovens no ensino superior. Os dados sobre a trajetória educacional dos pais, especialmente dos oriundos do campo, revelam barreiras históricas significativas ao acesso à educação. Segundo Vendramini (2015), às escolas rurais frequentemente funcionam em condições precárias, com uma formação docente limitada e currículos descontextualizados das realidades locais, resultando em impactos nas trajetórias individuais, como observado nos perfis dos pais dos participantes, visto que a maioria possui baixa escolaridade, com predominância de ensino fundamental - anos iniciais incompletos, ensino médio incompleto ou ausência de escolarização.

Em relação ao nível de escolaridade das mães, observou-se uma distribuição mais heterogênea nas respostas, englobando situações como mulheres que “não frequentaram a escola” até mulheres “com pós graduação”. Quanto às suas ocupações profissionais, destacam-se: “lavradoras”, “enfermeiras”, “aposentadas”, “donas de casa”, “diaristas”, “professoras”, “vendedoras de salgados” e até “agrônoma”. Essa diversidade engloba uma gama variada de trajetórias educacionais, refletindo diferentes contextos socioeconômicos e estruturas familiares.

As respostas dos questionários evidenciam a persistência de barreiras estruturais que historicamente restringiram o acesso e a permanência de determinadas camadas sociais na educação formal, especialmente no Ensino Superior. A limitação do capital cultural e econômico das famílias, conforme discutido por Bourdieu (2023), impacta diretamente as trajetórias educacionais, perpetuando desigualdades intergeracionais. No entanto, a presença desses estudantes na universidade sinaliza uma inflexão nesse processo, ainda que parcial, indicando que políticas educacionais inclusivas, como as ações afirmativas e os auxílios de permanência, desempenham um papel fundamental na reconfiguração dessas trajetórias. Assim, o ingresso no Ensino Superior não deve ser compreendido apenas como uma conquista individual, mas como um reflexo de dinâmicas estruturais mais amplas, em que a educação se apresenta simultaneamente como mecanismo de reprodução social ao tempo que também como um possível vetor de mobilidade, ainda que condicionado por marcadores sociais de desigualdade.

A análise da pergunta “Alguém da sua família é beneficiário de programas sociais?” revela uma distribuição equilibrada, com 50% dos participantes indicando que suas famílias não recebem benefícios e a outra metade confirmando a condição de beneficiários. Dentre os que recebem apoio, a maioria é amparada pelo Bolsa Família e pela aposentadoria. O acesso a essas políticas públicas, entendidas como as ações do governo e descritas por Hofling (2001) como “o Estado em ação”, foi um movimento fortalecido no período da redemocratização e após a Constituição Federal, com a promulgação de direitos sociais para as camadas populares, com o incremento de ações de inclusão social no final do século XX e início do século XXI. Este movimento tornou-se particularmente eficaz durante os governos de Lula (2003-2011; 2023) e Dilma (2011-2016), mas vale ressaltar que tal inclusão no entanto não chegou a assegurar uma diminuição da desigualdade social no Brasil, ainda com índices de vulnerabilidade social da população e com contínuas demandas por políticas públicas que acolhessem as condições de vida existentes. A contradição entre assistência governamental e cultura neoliberal no país acabam por enfraquecer as ações de bem estar social capazes de aplacar a histórica desigualdade brasileira. Segundo Fabiano e Filho (2024),

No contexto brasileiro, as contrarreformas neoliberais provocaram a diminuição dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988. Através das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), os legisladores implementaram diversas alterações que restringem o acesso aos direitos sociais. Exemplos disso são a PEC que estabelece um teto de gastos sociais

por 20 anos e a PEC da Previdência Social. Enquanto os defensores do neoliberalismo defendem um Estado mínimo, com pouca intervenção na economia e na vida dos cidadãos, os proponentes do Estado de bem-estar social defendem um papel ativo do Estado na promoção do bem-estar social. (Fabiano & Filho, p. 17-18, 2024).

Neste estudo, é possível perceber como adentrar na universidade pode significar um avanço significativo na vida de muitas das famílias que ainda se reportam aos programas sociais para as condições de sobrevivência.

Aspectos da vida escolar dos sujeitos da pesquisa

No que tange às perguntas relacionadas à vida escolar dos participantes, com foco em aspectos específicos de suas trajetórias educacionais, verifica-se que a maioria (66,7%) cursou os Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas. Por outro lado, 25% dos pesquisados declararam ter frequentado instituições privadas nesse período, enquanto 8,3% indicaram que a maior parte de sua formação inicial ocorreu em escolas públicas.

Os dados subsequentes revelam ainda que, 66,7% das escolas frequentadas estavam localizadas em áreas urbanas, enquanto apenas 33,3% situavam-se na zona rural. Esta maioria que migra para a escola da sede dos municípios pode ser compreendida por dois aspectos: parte opta por uma escola urbana em busca de melhores condições de estudo, e parte migra pela falta de opção devido ao fechamento das instituições em suas comunidades de origem. Segundo Vendramini (2015), a busca por uma suposta educação de qualidade ainda na primeira etapa da Educação Básica é um fenômeno recorrente que pode ser explicado pelas históricas dificuldades enfrentadas pela juventude do campo no que concerne os processos de escolarização, tais como: falta de estrutura nos prédios escolares, escassez de docentes, ausência de implementação de políticas de formação de professores, recursos didáticos precários... e até o fechamento das escolas nas comunidades. Esses fatores corroboram para o deslocamento para as cidades, a fim de dar continuidade aos estudos.

Por outro lado, 75% dos estudantes cursaram os Anos Finais do Ensino Fundamental em escolas públicas, enquanto 25% frequentaram instituições privadas. No meio rural, a oferta educacional restringe-se, majoritariamente, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, frequentemente em condições precárias. A continuidade dos estudos nos Anos Finais impõe, assim, o deslocamento compulsório para centros urbanos, configurando um movimento pendular entre campo e cidade, já anunciado neste texto. Nesse contexto, o Programa Caminho da Escola⁸ (2007) emerge como uma política essencial na mitigação das barreiras de acesso à educação, viabilizando o transporte seguro e regular de discentes residentes em áreas rurais e ribeirinhas por meio da disponibilização de ônibus, embarcações e bicicletas adaptadas às especificidades geográficas e logísticas dessas localidades*.

⁸ O Decreto nº 11.162, de 4 de agosto de 2022, atualiza o Programa Caminho da Escola, conferindo ao FNDE a coordenação da implementação e permitindo a aquisição de veículos via ata de registro de preços nacional. O art. 2º, § 2º prevê que estudantes da zona urbana e do ensino superior poderão ser atendidos pelo transporte escolar, desde que não haja prejuízo aos da zona rural. Disponível em: Decreto11162de2022.pdf.

Adicionalmente, como reflexo de políticas educacionais dos últimos anos, o Programa Nacional de Educação do Campo⁹ (PRONACAMPO, 2013) adota uma abordagem abrangente voltada ao fortalecimento da educação no rural. Suas principais diretrizes incluem a formação continuada de docentes, a adequação curricular às especificidades socioculturais das comunidades rurais e a implementação de melhorias infraestruturais nas escolas. Dessa forma, o programa busca assegurar o direito à educação no próprio território rural, atenuando desigualdades históricas.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados ao longo das últimas décadas, persiste a necessidade urgente de investimentos substanciais no fortalecimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no e do campo. A prevalência de uma estrutura educacional essencialmente de parâmetro urbanocêntrico não apenas dificulta o acesso, mas também compromete a permanência dos estudantes rurais, especialmente devido às precárias condições de mobilidade a que estão submetidos. Os dados revelam que, em relação ao tipo de escola frequentada no Ensino Médio, 91,7% dos participantes estudaram em instituições públicas, enquanto apenas 8,3% cursaram essa etapa em escolas particulares, evidenciando a centralidade da rede pública na escolarização desses sujeitos.

Analisando os maiores indicadores de desafios e dificuldades vivenciados na trajetória escolar ressaltados na pesquisa, questões de múltipla escolha revelaram o seguinte cenário: 63,6% das respostas afirmam ser a distância entre escolas e moradia o principal desafio. Em seguida, o bullying foi mencionado por 54,5% dos participantes, enquanto a falta de alimentação escolar e a escassez de materiais didáticos (como livros, uniformes, mesas e cadeiras) somaram 45,5% das respostas. Ademais, foram mencionados simultaneamente aspectos como: preconceitos, estereótipos, dificuldades advindas das baixas condições socioeconômicas, problemas com deslocamento e falta de transporte, em 36,4% das respostas.

Ainda sobre a mesma questão, 27,3% das respostas dos participantes indicaram dificuldades de ordem pedagógica, como por exemplo: assimilação de conteúdos, ensino precário, problemas de comunicação, falta de representatividade sociocultural. O aspecto da precariedade dos transportes escolares, também foi mencionado. Além disso, 18,2% das respostas indicaram “problemas de autoestima” dentre as dificuldades. Outros dados, embora em menor número, referem-se a experiências relacionadas à saúde e ao bem-estar, como “estresse”, “ansiedade”, “solidão”, “isolamento”, combinadas com situações de falta de apoio psicológico e até outros desafios pedagógicos decorrentes da escassez de docentes qualificados durante o período da escolarização.

Segundo os dados, existe uma hierarquia clara nos obstáculos enfrentados pelos estudantes, sendo a distância o principal desafio, apontado por 63,6% dos participantes, refletindo a geografia do campo e as barreiras de acesso à educação nas áreas rurais. Esse fator é intensificado pelo deslocamento diário para escolas urbanas, agravando a marginalização do ensino no rural. O bullying, mencionado por 54,5% dos participantes, indica um ambiente escolar hostil, permeado por preconceitos e estereótipos, refletindo a exclusão social e cultural dos estudantes do campo e a insuficiência do sistema educacional em atender às especificidades dos sujeitos do campo e suas comunidades. Além disso, a falta de alimentação escolar e materiais didáticos (45,5%) agrava a precariedade das condições escolares

⁹ Recentemente atualizado pela Portaria MEC nº 538, de 24 de julho de 2025 que “Institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo”. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-538-de-24-de-julho-de-2025-644409910>.

quando nas comunidades rurais, comprometendo a qualidade da educação e exacerbando as desigualdades de acesso a recursos essenciais.

A análise desses dados sublinha as interações entre as condições estruturais (como a falta de recursos e a precariedade da infraestrutura), as condições pedagógicas (formação docente e currículo) e as dinâmicas sociais (como a exclusão social e os preconceitos) que influenciam de forma significativa nas trajetórias desses jovens e muitas vezes os/as acompanham até o ensino superior, como veremos a seguir.

A trajetória no ensino superior dos sujeitos da pesquisa

A análise das motivações para a escolha do curso de graduação pelos pesquisados revela a partir de questões de múltipla escolha, a complexidade do processo decisório no contexto educacional. Entre os participantes, 75% dos estudantes indicaram o interesse na área de educação como o principal fator determinante, enquanto 66,7% destacaram a inserção no mercado de trabalho como uma motivação relevante. Além disso, 16,7% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmam ter optado pelo curso de Pedagogia devido à falta de alternativas disponíveis, apenas um dos estudantes mencionou “a influência familiar” como razão preponderante. Esses dados indicam que a escolha acadêmica e profissional é multifacetada, abrangendo interesses vocacionais, considerações pragmáticas e o acesso limitado às opções de cursos. Segundo matéria da Agência Brasil, pesquisas apontam para um crescente desinteresse pelos cursos de licenciatura nos últimos anos, principalmente quando estes tem o formato presencial e isto reflete na opção cada vez menos entusiasmada pela profissão docente, inclusive no que concerne a imagem da profissão frente a sociedade¹⁰ (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Ainda assim, o fato de 75% dos participantes indicarem o interesse na área como fator determinante para a escolha do curso sugere que, apesar das dificuldades da profissão e da cada vez maior a desvalorização do trabalho docente, há uma busca por realização pessoal e vocacional em torno da opção dos estudantes do campo, pela Pedagogia. Essa tendência está alinhada com a discussão de Caldart (2008), que ressalta a importância do Movimento por uma Educação do Campo na valorização das políticas públicas que ampliaram as oportunidades educacionais e de inserção profissional no meio rural. Contudo, a presença de 66,7% dos pesquisados mencionando a “inserção no mercado de trabalho” como fator relevante para a escolha acadêmica, reflete também uma preocupação pragmática, que é frequentemente acentuada pela necessidade de melhores condições de vida e trabalho, sendo a educação uma possibilidade dentre poucas. Ao mesmo tempo, há os que afirmam ter optado pela Licenciatura em Pedagogia por acreditarem ser o mais viável na aprovação. Essas “escolhas”, longe de ser exclusivamente pessoais, refletem as barreiras substanciais impostas por um sistema educacional que dificulta o acesso e a permanência no ensino superior para a classe trabalhadora (Redin, 2017). A realidade de muitos jovens oriundos do campo, caracterizada pela precariedade da educação básica e pelas condições de vida adversas, limita severamente suas opções acadêmicas e o planejamento para o acesso ao Ensino Superior.

¹⁰ Recentemente o Governo Federal lançou o Programa “Pé-de-meia Licenciaturas” que consiste no pagamento de bolsa mensal para estudantes com o objetivo de atrair alunos para a carreira docente e reduzir a evasão discente nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2025).

Essa estrutura seletiva, que restringe o acesso e condiciona o êxito acadêmico, reflete uma lógica de responsabilização individual na qual os estudantes são levados a acreditar que suas escolhas rotuladas como “falta de opção”, decorrem de falhas pessoais. A cobrança ininterrupta por um desempenho de sucesso, que coloca nos ombros das pessoas toda a responsabilidade sobre percursos tidos como exitosos, corrobora com a tese de Laval e Dardot (2016) “O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido” (p. 345). O neoliberalismo busca convencer as pessoas do fracasso pessoal e das possibilidades de meritocracia, desviando a perspectiva crítica das desigualdades existentes.

Conforme pontuado por Nascimento et al. (2020), a decisão de muitos jovens em seguir determinadas áreas de estudo está frequentemente atrelada à busca por atender às expectativas e aspirações dos pais, cujos próprios sonhos educacionais foram impossibilitados pelas desigualdades estruturais e pelo acesso restrito ao Ensino Superior. Esse fenômeno ganha particular relevância no contexto de famílias oriundas de regiões periféricas ou rurais com problemas que vão desde o fechamento das escolas, até o deslocamento para o estudo, condições dos transportes, tempo gasto nas estradas, insegurança alimentar etc.

Segundo Marin (2020),

Alguns jovens percebem a importância dos estudos ao disputar empregos ou mesmo enfrentar as ameaças de desemprego, enquanto outros colocam em seu horizonte o ingresso em instituições de ensino técnico, superior e até mesmo de Pós-Graduação como caminho para a constituição como trabalhador autônomo e qualificado. Eles, portanto, submetem-se a viagens diárias para garantir frequência escolar ou a migrações para as cidades que ofertam cursos técnicos e superiores (Marin, 2020, p. 40).

Conforme expõe o autor, as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens do campo revelam um dilema a ser refletido. De um lado, a educação é vista como uma ferramenta essencial para a inserção no tão sonhado “mercado de trabalho”, em um contexto de crescente precarização e insegurança laboral. De outro lado, o deslocamento diário ou migração para os centros urbanos evidencia as condições adversas enfrentadas, com custos emocionais, físicos e financeiros, agravando as desigualdades educacionais e sociais da população oriunda do rural. Os dados seguintes ilustram essa realidade desafiadora no que concerne ao vínculo empregatício: 33,3% afirmam estar em atividades laborais e 66,7% sem vínculo profissional. No que concerne os estágios 75% dos pesquisados não participam de estágios remunerados enquanto 25% possuem essa experiência. Este quadro evidencia as barreiras no acesso a oportunidades de formação prática remunerada e a dificuldade de conciliar trabalho, estudos e moradia distante.

Conforme Barretto et al. (2021), embora as políticas afirmativas tenham sido fundamentais para democratizar o acesso à educação superior, o histórico de desigualdade social que permeia a trajetória dos estudantes do campo sempre trouxe dificuldades para a permanência nos estudos. A precarização das condições de vida, refletida nos altos índices de desemprego e subemprego, compromete não só a continuidade dos estudos, mas também a formação acadêmica desses jovens.

Adicionalmente, os dados obtidos indicam que 40% dos estudantes têm acesso ao programa “Mais Futuro” (Bahia, ano), uma política estadual de assistência a estudantes de baixa renda no Ensino Superior. Outras iniciativas, como a política institucional de “Iniciação Científica” e o “Auxílio Residente”, alcançam 20% dos participantes, destacando a importância de políticas que

buscam dar suporte tanto a formação acadêmica quanto às condições de moradia. No entanto, programas como a “Residência Universitária”, a “Bolsa de Arte e Cultura” e a “Bolsa Extensão” têm adesão mais restrita, com apenas 10% dos entrevistados. Preocupa, ainda, que 10% não tenham acesso a nenhuma política de permanência, evidenciando a fragilidade do suporte para parte significativa dos estudantes. Contudo, é fundamental não apenas examinar as limitações estruturais das políticas de permanência, mas também analisar as estratégias adotadas pelos estudantes diante das condições materiais e simbólicas que configuram suas trajetórias acadêmicas. A opção pelo mercado de trabalho em detrimento das bolsas acadêmicas, frequentemente motivada por necessidades financeiras ou preferências individuais, revela contradições no acesso e na permanência no ensino superior. Dessa forma, a baixa adesão a determinadas políticas não pode ser compreendida exclusivamente a partir da oferta institucional, sendo necessário considerar os múltiplos fatores que orientam as escolhas estudantis.

A disseminação das políticas institucionais ocorreu majoritariamente por meio das redes informais de estudantes, com 55,6% dos pesquisados obtendo informações através de colegas; 44,4% ficaram cientes por canais institucionais tais como: docentes, sites oficiais e o programa Universidade Para Todos (UPT). Esse resultado evidencia que os mecanismos institucionais tem funcionado com alcance limitado e que ainda há uma predominância das redes estudantis como principal fonte para acessar dados fundamentais à permanência acadêmica.

Além disso, esses dados provocam uma reflexão sobre o tema de mobilização estudantil. Sob a perspectiva da EC e das teorias críticas, a organização coletiva dos estudantes não se limita a ocupar um papel passivo diante das políticas institucionais, mas atua ativamente na reivindicação e no tensionamento das ações universitárias, especialmente no que tange às demandas por assistência estudantil. Dessa forma, a centralidade das redes estudantis na disseminação dessas informações aponta para lacunas institucionais, mas também reafirma o movimento estudantil como agente de pressão e transformação no espaço acadêmico.

Nesta perspectiva, os dados relativos à participação em coletivos, movimentos ou grupos universitários revelam uma fragilidade em relação à mobilização estudantil. Enquanto uma parte dos respondentes relatou envolvimento com instâncias como o Grêmio Estudantil e o Diretório Acadêmico, outra parcela não se inseriu em nenhum desses espaços. Essa desconexão entre o potencial transformador do movimento estudantil e a prática vivenciada pelos estudantes sinaliza a existência de barreiras estruturais e subjetivas que dificultam o engajamento nesse coletivo. A ausência de participação pode ser atribuída a uma série de fatores, como a falta de tempo devido à sobrecarga acadêmica e de trabalho, o distanciamento político ou a falta de identificação com as práticas organizativas desses movimentos. Não obstante, para aqueles que participam ativamente desses coletivos, as redes estudantis representam um importante espaço de resistência, fortalecimento identitário e de articulação das demandas por uma educação mais inclusiva.

Por conseguinte, os dados revelam que 66,7% dos estudantes utilizam o restaurante universitário, enquanto 33,3% não o utilizam. Quanto à biblioteca, 50% dos participantes a utilizam e 50% não. A oferta de alimentação a custo reduzido e a presença de biblioteca no campus são recursos importantes para o processo de aprendizagem, impactando diretamente na conclusão dos cursos. Tais estruturas não apenas garantem o acesso à educação, mas também promovem um ambiente inclusivo,

proporcionando aos estudantes em situação de vulnerabilidade os meios necessários para maior dedicação aos estudos. Conforme Oliveira et al. (2017), a universidade deve estar “à serviço dos grupos excluídos, das populações tradicionais camponesas e urbanas em estado de vulnerabilidade social” (p. 256), sublinhando a importância dessas políticas para a inclusão educacional.

No que concerne à questão de múltipla escolha “Na sua trajetória de escolarização no ensino superior, algum desses itens representou desafios ou dificuldades para você?”, os dados indicam que a “sobrecarga acadêmica¹¹” é amplamente reconhecida como um obstáculo significativo, sendo apontada por 100% dos participantes. Esse desafio é pertinente, pois, conforme discutido por Vendramini (2015), os estudantes oriundos do campo enfrentam uma dinâmica acadêmica frequentemente desconexa de suas realidades originárias. A pressão pela adaptação ao ritmo acadêmico, aliada à desvalorização de sua experiência pelas instâncias acadêmicas, resulta em um desgaste emocional e físico considerável.

Além disso, na mesma questão, a “gestão do tempo” emerge como uma dificuldade central, com 66,7% dos pesquisados destacando o desafio de equilibrar as demandas acadêmicas com outras responsabilidades. O “estresse” também se revela uma questão relevante, sendo identificado por 58,3% dos participantes, refletindo a pressão para adaptação ao ambiente acadêmico sem os recursos adequados para tanto. A falta de apoio financeiro e a necessidade de autorregulação ampliam desigualdades, conforme Bourdieu (2023) para quem as condições objetivas de existência, incluindo capital econômico, cultural e social, influenciam diretamente o aproveitamento das oportunidades educacionais, limitando o desempenho e reforçando processos de exclusão.

Os dados também destacam a conciliação entre trabalho e estudo como uma questão crítica, especialmente pela rotina pendular entre seus territórios de origem e a universidade. A escassez de recursos financeiros dificulta a aquisição de materiais, intensificando essas dificuldades. O impacto das dificuldades pedagógicas e das relações interpessoais nas condições de saúde e bem-estar dos estudantes é notório, com sete participantes associando o estresse a problemas acadêmicos, corroborando as observações de Arroyo (2017), que defende práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades dos estudantes historicamente excluídos.

As dificuldades de aprendizagem, desmotivação e ansiedade relatadas por quatro participantes apontam para uma defasagem nos processos pedagógicos, incapazes de atender adequadamente à diversidade dos estudantes e suas realidades. A adaptação à nova rotina acadêmica e a assimilação das normas da universidade, mencionada por dois participantes, refletem as barreiras culturais enfrentadas por aqueles que ingressam em um ambiente que não reconhece suas trajetórias. Ainda segundo Arroyo (2017) é necessário atentar para práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos grupos marginalizados, como evidenciado pelas dificuldades dos estudantes do campo, que se veem invisibilizados em um sistema educacional alienante. Outros desafios relatados por três participantes incluem o acesso à internet, custos com apostilas, adaptação cultural e condições de moradia. A dificuldade com provas e a má distribuição das disciplinas, mencionada por um participante, evidencia a necessidade constante de repensar os currículos e possíveis adequações às realidades estudantis.

¹¹ A sobrecarga acadêmica refere-se ao excesso de tarefas, responsabilidades e compromissos relacionados aos estudos, que podem incluir a demanda por leitura e produção de textos, realização de provas e trabalhos, participação em atividades extracurriculares e a gestão de prazos simultâneos.

Todos estes dados compõem um cenário desafiador para o coletivo de estudantes como já discutido ao longo deste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar de que forma os estudantes do campo no curso de Pedagogia de uma universidade pública do interior da Bahia vivenciaram e vivenciam as políticas educacionais ao longo de sua trajetória entre a Educação Básica e o Ensino Superior. A partir de uma perspectiva crítica gramsciana, é possível compreender os limites da classe trabalhadora para lidar com a dinâmica da escolarização sob os preceitos da sociedade capitalista e da ótica do neoliberalismo que exercem a hegemonia, por meio da força e do consenso, na construção do domínio ideológico para reprodução dos valores e ideais burgueses (Coutinho, 1991; Jacomini, 2020).

Nesta pesquisa nos detivemos nas realidades de sujeitos que acessam a universidade via processos seletivos regulares individuais como o ENEM e o SISU e sem o amparo de coletivos e/ou movimentos sociais como no caso dos processos seletivos do Pronera que organizam suas turmas vinculadas aos movimentos do campo (Molina & Rocha, 2014; BRASIL, 2010).

Os dados revelaram que enquanto classe trabalhadora, os sujeitos do campo enfrentam um percurso marcado por desafios estruturais, desde a precariedade da oferta educacional da educação básica no campo (agravada inclusive pelo fechamentos das escolas e deslocamento dos estudantes desde a infância para estudar), até as dificuldades de permanência na universidade. Além disto aspectos de ordem subjetiva como preconceitos, inseguranças, instabilidade emocional... surgem como fatores importantes de impacto nas suas trajetórias.

Esta centralização das escolas nos centros urbanos impõe deslocamentos diários exaustivos, comprometendo o processo de aprendizagem e a continuidade dos estudos na Educação Básica. Já no ensino superior, a conciliação entre estudo, trabalho e a adaptação a um ambiente universitário distante (e por vezes hostil) de sua realidade sociocultural acentuam as barreiras à permanência.

No entanto, o ingresso desse público na universidade reflete avanços no direito à educação, resultado da luta por políticas afirmativas e assistenciais. Ainda assim, a permanência desses estudantes depende de um conjunto de fatores que, quando negligenciados, podem reforçar desigualdades e dificultar suas trajetórias acadêmicas, comprometendo o êxito escolar. Os resultados deste estudo revelam que as condições de vida dos jovens pesquisados tornam urgente a ampliação e fortalecimento do debate sobre o alcance e o limite das políticas de assistência estudantil na universidade, bem como o próprio papel do Estado (agravado pelo neoliberalismo) para assegurar a inserção da classe trabalhadora no ensino superior.

Assim, diante desse contexto demarcado mais por dificuldades que avanços emerge a importância de ações em diferentes frentes, tendo em vista um olhar *gramsciano* para o fenômeno estudado:

No âmbito de atuação das universidades: a ampliação das políticas de assistência estudantil para garantia de alimentação, moradia e transporte, bem como a oferta de assistência psicológica para os estudantes que precisam lidar com sofrimentos emocionais, e assistência pedagógica

para estudantes com acentuadas dificuldades de aprendizagem, muitas vezes decorrentes de um processo de formação fragilizado e precarizado na Educação Básica.

No âmbito da atuação do Estado: é fundamental a ampliação do orçamento público destinado às universidades, com justa distribuição que considere as desigualdades territoriais e a finalidade de consolidação de iniciativas de interiorização do ensino superior. Adiciona-se a isto a necessária ampliação no investimento da Educação Básica, garantindo condições mínimas de escolarização (escolas com infra estrutura adequada, formação continuada de professoras, escolas localizadas nas comunidades, alimentação escolar vinculada à agricultura familiar e segurança alimentar, etc).

No âmbito da organização da sociedade: o estudo evidenciou uma significativa lacuna no que concerne a participação das juventudes em coletivos organizados (movimentos sociais por exemplo) e representações em fóruns de debate participativo. No que concerne a “participação política” evidencia-se uma contradição no debate, de um lado percebe-se a necessidade de avaliação de estratégias para alcançar as juventudes no formato do “instituído” (audiências, conferências, fóruns de representação). Do outro lado alega-se a distância de alcance deste Estado para com as diversas expressões políticas muitas vezes ainda invisibilizadas enquanto sujeitos potenciais nos processos de transformação social contemporâneos (Gomes e Ferreri, 2011).

Ressalta-se a relevância da revitalização da formação política de base por parte dos sujeitos do campo e do engajamento juvenil nos processos de reivindicação e formulação das políticas públicas em geral, incluindo a educação superior .

Os resultados deste estudo também apontam que, quando bem conduzido, esse percurso acadêmico pode não apenas assegurar a permanência, mas também preparar esses estudantes para sua inserção profissional, ressignificando sua trajetória e possibilitando sua atuação como agentes de transformação em suas comunidades. Assim, garantir um ensino superior inclusivo, que considere as especificidades da população do campo, não é apenas uma questão de acesso, mas de prover condições concretas de permanência e conclusão da graduação.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. F. de; CAVALCANTE, L. O. H; & SILVA, F. D. de S. (2020). Juventude e formação profissional do campo: rupturas, contradições e cultura política. *Práxis Educacional*, 16(43), 277-296. <https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.6326>

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra queda no interesse por cursos de licenciatura**, 2017. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-11/pesquisa-mostra-queda-no-interesse-por-cursos-de-licenciatura>. Acesso em : 05 de mar. de 2025.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**, v. 3, 2008.

BAHIA. **Decreto Nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências.

BARBOZA, Railson. **A mercantilização do ensino superior privado no Brasil**. Diplomatieque, 2023. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/mercantilizacao-ensino-superior-privado-ead/>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BARRETO, Letícia Manique; MANGILI, Aline Cardoso; GIANEZINI, Kelly. **Democratização do acesso ao ensino superior à luz do contexto brasileiro e catarinense**. Revista Panorâmica. v.3, p. 23, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 36/2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mnparecer_36de04dezembro2001.pdf. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Caminho da escola**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Atos20072010/2008/Lei/L11741.htm#art2>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação no campo e o Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, sessão 1, 5. De nov. de 2010. Disponível em: Decreto no 7352(planalto.gov.br). Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria no 86, de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília, 2013. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/contato>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014b. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 26 jun. 2014. Disponível em: L13005 (planalto.gov.br). Acesso em: 05 de mar. de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Notas Estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025.

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Brasília: DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D11901.htm

BROCCO, A. K; ZAGO, Nadir. Condição do estudante de camadas populares no ensino superior (2014). In: DOMINGOS, M. R A. **Do campo à universidade: análise das trajetórias acadêmicas de jovens oriundos do meio rural**. Viçosa: MG, p. 115, 2021. Disponível em: www.locus.ufv.br. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Organizadora: Clarice A. dos Santos. Brasília. In: MDA. 2008.

CASTRO, E. Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud**. Colômbia, v. 7, n. 1, enero- Junio, 2009. Disponível em: <http://revistaumanizalescinda.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/issue/view/10>.

2a Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo [CNEC] (2004, agosto). **Declaração final: por uma política pública de educação do campo**. Educação do campo - direito nosso, dever do Estado. Luiziana, GO.

COUTINHO, C. N. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas**. Caderno ABESS, São Paulo: Cortez, n. 4, p. 5-17, 1991.

CORBUCCI, P.R. Evolução do acesso de jovens ao Ensino Superior no Brasil in: SILVA, Enid R. A; BOTELHO, Rosana U. (Orgs). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, IPEA, 2016

DAMATTA, Roberto. **Você tem cultura?** Jornal da Embratel, RJ, 1981

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DE JESUS, Adriana do Carmo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. A herança colonial e as implicações na educação do campo no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, n. 50, p. 238-250, 2013.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 25, p. 148-181, 2017.

1o Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária [ENERA] (1997, julho). **Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária ao povo brasileiro**. MST - reforma agrária: uma luta de todos. Brasília, DF.

GOMES, Marcel Maia de Oliveira; FERRERI, Marcelo de Almeida. Política Nacional de Juventude: o jovem como ator político. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/32.pdf>.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 3, p. 833-846, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo,

Brasília. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

FERNANDES, Leonardo. **Governo Temer promove o desmonte da educação do campo**. MST, 19 de setembro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/09/19/governo-temer-promove-o-desmonte-da-educacao-do-campo/>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

FABIANO, Uelinton C. & FILHO, Marilton Q. Borges. Proteção social no Brasil: desafios do neoliberalismo e perspectivas de equidade. **Serv. Soc. Soc.** 147 (1) • 2024. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.378>.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo. **Carta do VI Fórum Nacional de Educação do Campo**. Brasília-DF: FONEC, 2018. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/09/Manifesto-20-anos-revisado25.06.2018.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2024.

HOELLER, Silvana Cassia; FAGUNDES, Mauricio Cesar Vitória; FARIAS, Maria Isabel. **Educação do campo, educação popular e a geografia**: uma construção dialógica. Editora InterSaberes, p. 286, 2019.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n.o 55, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: alfabetização: resultados do universo. IBGE, Rio de Janeiro, p.1-54, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3108/cd_2022_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 05 de mar. 2025.

IBGE. **Estatísticas Sociais**. Página Web. 2024 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Matrículas na educação infantil aumentam 12,6% nos últimos cinco anos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31947-educacao-infantil>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

JACOMINI, Márcia Aparecida. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e214645, 2020.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 33-54, 2020.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, Vol 15, N. 43, 2001.

MARTINS Thalyta Cassia de Freitas. GUIMARÃES Raphael Mendonça. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. **ENSAIO**: Saúde debate 46 (spe1) 11 Abr 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>.

MENEZES, Simone Cazarin. **Assistência Estudantil na Educação Superior pública**: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOLINA Mônica C. ANTUNES-ROCHA Maria Isabel. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronex e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014 Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 11 de mar. 2025.

MUNARIM, Antônio. Educação do campo e LDB: uma relação quase vazia. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 493-506, 2016. Disponível em: <https://retratosda.escol.emnuvens.com.br/rde/articleqview/707>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

NASCIMENTO, Mirian Bezerra de Matos; MARQUES, Tatyane Gomes; TRINDADE, Domingos Rodrigues da. Jovens do campo no ensino superior. **Revista Exitus**, Santarém: PA, v. 10, p. 30, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n01D1259.

NEXO. **Gráficos e mapas sobre o Censo Demográfico de 2022**, 2024. Página inicial. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2024/01/12/graficos-e-mapas-sobre-o-censo-demografico-2022>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

OLIVEIRA, R. P.; SILVA, J. R.; PREVITALI, F. S. A universidade e os desafios para a educação do campo. In: PREVITALI, F. S.; SILVA, J. R. (Org.). **Educação do campo**: história, políticas e práticas pedagógicas. São Carlos: EdUFSCar, 2017. p. 255-278.

PELLANDA, Andressa. **Manual para votar em candidaturas que defendem (de verdade) a educação**. *Campanha Nacional pelo direito à educação*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/analises/andressa-pellanda/manual-para-votar-em-candidaturas-que-defendem-de-verdade-a-educacao/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/er/a/yzqG3hGvxST3jxw9z8PTxWx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; JESUS, Gabrieli Guterres de; BATTISTI, Isabel Koltermann. Entrevista semi-estruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa. In: **Anais do XXIX Seminário de Iniciação Científica**, Ijuí: Salão do Conhecimento, 2021.

SILVA, E. Juventude, Campesinato e Políticas Públicas: Articulações Possíveis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 3, p. 965-984, 2018.

SILVA, Fábio. D. de S.; CAVALCANTE, Ludmila. O. H.; & ABREU, Luciane. F. de; Análise dos Planos Municipais de Educação do Portal do Sertão: pelas lentes das políticas de Educação do Campo In: Políticas educacionais e planos decenais de educação: projetos em disputa. SILVA, Fábio. D. de S.; CAVALCANTE, Ludmila. O. H.; & LIMA, Cleo Emídio S. (organizadores). Feira de Santana: EDUEFS, 2025. ISBN 978-85-5592-124-7

SILVA, Sandra Mara do Carmo. SANTOS, Arlete Ramos dos. **Fechamento das escolas do campo**: contradições e desafios. Curitiba: CRV, 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 745-763, 2012.

VASCONCELOS, A. M. N. Juventude e Ensino Superior no Brasil. *In*: DWYER, T. et al (Orgs). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília, IPEA, 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. Qual o futuro das escolas no campo? **Educação em Revista**, v.31, p. 49-69, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

(incluir as informações sobre disponibilidade de dados de acordo com o **Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta - SciELO** disponível no site do periódico)

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Ludmila O. Holanda Cavalcante – Coordenadora do projeto, conceituação, análise dos dados e escrita do texto

Bruna dos Santos Euzebio – Conceituação, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Luciane Ferreira de Abreu - Conceituação, análise dos dados e escrita do texto

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.